



**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2020**

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE  
ILUSTRES LEGISLADORES,**

Por intermédio deste expediente encaminhamos a esta Coleta Casa de Leis, o Projeto de Lei Complementar nº. 001/2020, no qual restou assim ementado: *“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 057/2015 DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE”*.

A presente proposição de Lei visa implementar as necessárias alterações, de forma democrática, seguindo as orientações do Ministério de Educação e Cultura – MEC e da Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Campo Verde.

Cumpre-nos esclarecer que, para a elaboração do presente Projeto de Lei, foi adotada a decisão da Comissão de Estudos e Avaliação da Lei Complementar 057/2015, constituída pela Portaria de nº 260 de 10 de março de 2017, bem como as determinações contidas no art. 105 da referida Lei Complementar.

Na certeza de contarmos com a colaboração dos nobres Edis para a aprovação por unanimidade, manifesto votos de elevada estima e distinguida consideração.

Atenciosamente,

**FÁBIO SCHROETER  
PREFEITO MUNICIPAL**



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 25 DE MARÇO DE 2020.**

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI  
COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 057/2015 DO  
PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS  
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE.**

**FÁBIO SCHROETER**, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**Faz saber**, que a Câmara Municipal aprecie e aprove o seguinte projeto de Lei Complementar.

**Art. 1º** - Essa lei dispõe sobre as alterações na Lei Complementar nº 057, de 03 de julho de 2015, conforme disciplinado nos artigos a seguir.

**Art. 2º** - Fica alterada a alínea “b” do inciso I do Art. 4 que passa a vigorar com a seguinte redação:

*b) Técnico Administrativo Educacional - composto das atribuições e atividades descritas no art. 8º desta lei complementar*

**Art. 3º** - Fica alterada o §3º do Art. 6, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“§ 3º - Os profissionais que irão compor o quadro de Técnico Administrativo Educacional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura serão os habilitados através de concurso público.”*

**Art. 4º** - Fica revogado o §4º do Art. 6 da Lei Complementar n. 057/2015. Esta era a recomendação para o artigo

**Art. 5º** - Fica alterado o Art. 51, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 51 - Ao integrante da Carreira dos profissionais de educação básica no exercício das funções de Diretor, Coordenador Pedagógico em Unidade Escolar ou no Órgão Central e Secretário, será concedida uma gratificação de função:*

*I - Na função de Diretor e Coordenador das unidades escolares e do órgão central a gratificação será de acordo com o horário de funcionamento e número de alunos, onde receberá o salário referente à sua carga horária de professor mais gratificação conforme tabela de coeficiente abaixo, que será aplicada sobre os vencimentos da CLASSE B, Nível 1, conforme tabela abaixo:*





Diretor Escolar	0-200 alunos	201- 400 alunos	401- 600 alunos	601-800 alunos	801-1000 alunos	1001 ou mais alunos
Um Turno	1,3	1,4	1,5	1,6	1,7	1,8
Dois Turnos	1,5	1,6	1,7	1,8	2,0	2,1

Coordenador Escolar	0-200 alunos	201- 400 alunos	401- 600 alunos	601-800 alunos	801-1000 alunos	1001 ou mais alunos
Um Turno	X	1,0	1,1	1,2	1,3	1,4
Dois Turnos	X	1,1	1,3	1,5	1,7	1,9

a) O diretor e coordenador Unidade Escolar com funcionamento de um período, e que tenha dois concursos de 24 horas receberá o salário referente às suas cargas horárias de professor e não terá direito a gratificação.

b) Na função de coordenador do Órgão Central a gratificação paga utilizará o coeficiente de 1,600 sobre os vencimentos da CLASSE B, Nível 1, se o coordenador tiver 2 concursos de 24 horas ele fará jus a uma gratificação de 0,100 sobre o vencimento da CLASSE B, Nível 1.

c) Para o professor que tenha dois concursos de 24 horas e trabalha em Unidade Escolar com 2 turnos e com número a 200 e até 300 alunos o coeficiente para o cargo de diretor será de 0,150 e o de coordenador será 0,100, sobre os vencimentos da CLASSE B, Nível 1.

d) Para o professor que tenha dois concursos de 24 horas e trabalha em Unidade Escolar com 2 turnos e com número superior a 300 e até a 600 alunos o coeficiente para o cargo de diretor será de 0,200 sobre os vencimentos da CLASSE B, Nível 1, e para coordenador será de 0,100 sobre os vencimentos da CLASSE B, Nível 1.

e) Para o professor que tenha dois concursos de 24 horas e trabalha em Unidade Escolar com 02 turnos e com número superior a 600 alunos o coeficiente para o cargo de diretor será de 0,300 e para coordenador será de 0,150 sobre os vencimentos da CLASSE B, Nível 1.

f) O profissional que possuir vínculo com outro órgão público como professor e concorrer ao cargo em Unidades Escolares com apenas um turno e com número inferior a 400 alunos, não terá direito a gratificação.

g) O profissional que possuir vínculo com outro órgão público como professor e concorrer e ou for nomeado ao Órgão Central ou Cargo de



*Diretor em unidades Escolares de dois turnos com mais de 400 alunos receberá gratificação de 0,130 sobre os vencimentos da CLASSE B, Nível 1, ou em solicitar permuta/cedência, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e Lei Complementar nº 265 de 28/12/2006.*

*h) O Técnico Administrativo Educacional, na função de Secretário, das unidades escolares e do órgão central a gratificação será de acordo com o horário de funcionamento e número de alunos, onde receberá o salário referente à carga horária de Técnico Administrativo Educacional mais gratificação conforme tabela de coeficiente abaixo, que será aplicada sobre os vencimentos da CLASSE A, Nível 1, conforme tabela abaixo:*

Secretário Escolar	Até 200 alunos	Até 400 alunos	Até 600 alunos	Até 800 alunos	Até 1000 alunos	Mais de 1000 alunos
Dois turnos	0,200	0,250	0,300	0,350	0,400	0,500

*§ 1º. Ao profissional da educação básica no exercício da função de Direção Escolar e Coordenador Pedagógico em Unidade Escolar ou no Órgão Central, será atribuído o regime de trabalho de dedicação exclusiva, com impedimento de exercício em outra atividade remunerada, seja pública ou privada.*

*§2º - Ao profissional da Educação básica que não possui cargo efetivo de professor e que ocupe os cargos de direção, coordenação escolar e coordenação no órgão central a sua remuneração será de acordo com o inciso I e alínea b.*

**Art. 6º** - Fica acrescentado o Art. 52-A com a seguinte redação:

**Art. 52º - A** - Interrompe a progressão funcional, o servidor que incorrer em qualquer dos seguintes casos:

*I – afastamento das atribuições específicas do cargo, exceto quando convocado para exercer cargos de comissão ou cargo de chefia nas unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação;*

*II – licença para tratar de interesse particular;*

*III – licença por motivo de deslocamento de conjuge ou companheiro;*

*IV – estar em disponibilidade remunerada (vacância);*

*V – suspensão disciplinar;*

*VI – licença médica por motivo de doença na família superior a 90 (noventa) dias;*





*VII – licença para tratamento de saúde superior a 120 (cento e oitenta) dias, consecutivas ou não, exceto quando decorrentes de gestação, lactação ou adoção, paternidade, doenças graves especificadas em lei e acidente de trabalho;*

*VIII – prisão domiciliar.*

redação:  
**Art. 7º** - Fica alterado o Inciso I do Art. 60 que passa a vigorar com a seguinte

*I – de 30 (trinta) dias anuais e mais 15 (quinze) dias de recesso escolar para professores, de acordo com o calendario escolar.*

**Art. 8º** - Fica alterado o *caput* do Art. 83, e acrescenta a alínea “e” do inciso II, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 83 - Não se concederá a licença prêmio ao integrante da carreira do magistério que no período aquisitivo:*  
(..)

*II - afastar - se do cargo em virtude de:*  
(..)

*e) readaptação funcional que não esteja exercendo as atividades de magistério.*

**Art. 9º** - Fica alterado a redação do *caput* artigo 9º da Lei Complementar n. 057/2015, que passará a contar com a seguinte redação:

*Art. 9º - A função de diretor deverá ser ocupada por integrantes da carreira dos Profissionais da Educação Básica, sendo o referido cargo de livre nomeação e exoneração do chefe do poder executivo do município de Campo Verde.*

**Art. 10º** - Ficam revogados o inciso I do artigo 8º e os §1º e §2º do artigo 9º da Lei Complementar n. 057/2015.

**Art. 11º** - Esta Lei entra em vigor no dia da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, 25 de Março de 2020.

**FÁBIO SCHROETER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**